

---

---

# terra roxa

## e outras terras

Revista de Estudos Literários

---

---

### A CRUEL NECESSIDADE DE POSSUIR: PÓS-COLONIALISMO E PATRIARCALISMO NUM CONTO DE CLARICE LISPECTOR

Leila Wanderléia Bonetti Farias  
Lúcia Osana Zolin  
(UEM)

RESUMO: Os resultados da dominação, seja nas relações de gênero, seja no trato entre colonizador/colonizado transparecem no conto *A menor mulher do mundo*. Com base nele, procuramos desvendar os processos coercivos que consolidam a dominação de gênero e de raça, desconstruir a noção de verdade embutida no discurso social dominante e localizar as relações de poder nele emaranhadas. Através da abertura de uma brecha no discurso dominante — apoiado num conjunto de pressuposições específicas da cultura ocidental e de sua tradição — procuramos promover um lugar no qual a mulher subalterna e o sujeito colonial possam falar.

PALAVRAS-CHAVE: patriarcalismo, pós-colonialismo, gênero, outremização.

Os Estudos Culturais abrangem um vasto campo de estudos. Dentre eles encontra-se a teoria pós-colonial, que enfoca as influências sofridas pela cultura dos povos colonizados, desde o princípio da colonização até o momento atual. A crítica pós-colonial abrange, desta forma, a cultura e a literatura que, como produções humanas, foram afetadas pela dominação imperial européia de forma significativa. O objetivo desta modalidade crítica é desvendar os efeitos desta dominação espelhados pela literatura.

Há textos em que se percebe nitidamente o embate causado pela dominação do centro sobre a periferia, do colonizador sobre o colonizado, no entanto, há outros em que é preciso um aprofundamento maior para notar as características pós-coloniais. O conto *A menor mulher do mundo*, objeto dessa análise, foi escrito por Clarice Lispector e se encontra entre os textos mais profundos, densos e nem sempre de fácil entendimento. Nossos objetivos nessa análise consistem em: identificar a ideologia colonial e patriarcal no texto em questão; desvendar os processos coercitivos através dos quais se consolida a dominação; operar uma leitura *desconstrutivista*, isto é, desconstruir a noção de verdade veiculada pelo discurso social dominante; analisar os conceitos implícitos no texto, levando em conta a ideologia e o momento histórico, numa busca pelas relações de poder emaranhadas no texto, inclusive

as de gênero, ao considerar o lugar do qual fala a autora, bem como os pressupostos que ela procura subverter, e o modo como o faz.

Tal análise se justifica mediante a necessidade de leituras novas que versem sobre um mesmo objeto, visto que, com o advento de novas teorias (como o pós-colonialismo) há um levantamento de novos significados que emergem do texto, nos fazendo notar que a temática da dominação na literatura revela que esta prática não é nova, mas remonta a tempos imemoriais.

Aquele que é dominado, o sujeito subalterno “refere-se a pessoas na sociedade que são o objeto da hegemonia das classes dominantes... colonizados, trabalhadores rurais, operários e outros grupos aos quais o acesso ao poder é vedado” (BONNICI 2005: 230). O presente trabalho também se justifica porque, dando vez e voz ao sujeito oprimido (seja pelo colonialismo, pelo patriarcalismo ou outras formas de poder) tem por objetivo integrar este sujeito marginalizado na sociedade, (e este é um dos intentos da crítica pós-colonial e do feminismo) através da abertura de uma brecha no discurso dominante – apoiado num conjunto de pressuposições específicas da cultura ocidental e de sua tradição – e assim promover um lugar do qual o sujeito colonial e a mulher subalterna possam falar. Para tanto, abordamos o conto em questão a partir dos seguintes questionamentos: Qual a posição ideológica que transpira do texto e como ela se manifesta? Quem é o sujeito agente e quem é o objeto desta agência? Quais as ferramentas utilizadas pelo colonizador para colocar o outro na alteridade, na diferença?

Enfim, para nortear a análise, partimos da hipótese de que a autora tenha trabalhado, de forma subjacente, com oposições binárias que ilustram e desnudam o processo simplista e maniqueísta através do qual o ocidente organiza e divide o mundo em *centro* e *periferia*. A partir daí o conto se constrói como uma alegoria do que a autora nomeia de “cruel necessidade de possuir (dominar)”.

Partindo da premissa de Foucault (SCHWARCZ 1993: 45) de que o *discurso* consiste num conjunto de afirmações através das quais se conhece a realidade, se organiza a existência e o lugar ocupado pelos indivíduos nas relações sociais, construindo a relação entre sujeito e objeto, colonizadores e colonizados, notaremos que o discurso tem sido elaborado de maneira a favorecer as elites dominantes. O discurso do poder colonial articula diferenças raciais e sexuais estrategicamente com o objetivo de colocar o “outro” na inferioridade, negando-lhe uma identidade original, uma singularidade. Estas são as teorias da *différence*, isto é, definições que não chegam à substância, categorias construídas em torno das diferenças entre um e outro, gerando um binarismo (homem/mulher, por exemplo) que carrega uma hierarquização acentuada, forma europeia de organizar o mundo. Neste sistema o centro é a cultura europeia, e a periferia engloba todas as outras culturas.

Para Foucault a verdade e o conhecimento objetivo não existem. Existe, sim, um conjunto externamente determinado de afirmações do ponto de vista de uma sociedade ou grupo. Estas acabam funcionando como sustentáculo para relações de poder desenvolvidas por este grupo. O discurso hegemônico é por nós absorvido, criando restrições sociais e regras que moldam nossa maneira de agir e pensar, resultando num arcabouço cultural que reforça e perpetua a ideologia dominante. A linguagem é, portanto, o meio através do qual é construído este repertório de conceitos.

Tal *logocentrismo* (poder da palavra para criar um sistema de verdades) é uma ferramenta eficaz na dominação ideológica, pois “os indivíduos que pensam ou falam fora dos parâmetros

do discurso dominante são definidos como loucos ou reduzidos ao emudecimento” (BONNICI 2005: 224).

O discurso colonial apóia-se na construção de um *outro* para afirmar a sua legitimidade. O outro é excluído por esse discurso num processo de *outremização* no qual o sujeito colonizador lança estereótipos ao colonizado, objetificando-o. Além da dominação física, o poder, para se perpetuar, necessita projetar-se ideologicamente sobre o outro. Nas palavras de Bonnici, “o sujeito e o objeto pertencem a uma hierarquia em que o oprimido é fixado pela superioridade moral do dominador. É a dialética do Sujeito e do Outro, do dominador e do subalterno” (1998: 14).

Os estereótipos são uma ferramenta eficiente para assegurar a dominação. Eles são usados pelo colonizador para enaltecer sua civilização em contraste com o que ele considera como deméritos do colonizado (diferenças que ele imputa-lhe através da construção da idéia de que existem *raças* – classes de indivíduos – mais *aptas* e melhores que outras, estigmas baseados também na cor ou classe social). Tal representação imaginária de negatividade e inferioridade torna-se tão forte que acaba por imprimir um certo retrato do colonizado, visto por Pauw como “um desvio patológico do tipo original” (SCHWARCZ 1993: 46), portador de uma inerente inferioridade nativa, condenado a uma “corrupção fatal”.

Categorias eram estabelecidas como superiores ou inferiores, a raça negra e outras raças não européias foram rotuladas pelos europeus como primitivas. O termo *raça*, de acordo com Stocking (SCHWARCZ 1993: 48 e 49), pressupunha a idéia de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos, o que leva os comportamentos a serem “crescentemente encarados como resultado imediato de leis biológicas e naturais... estabelecendo rígidas correlações entre conhecimento exterior e interior, entre a superfície do corpo e a profundidade de seu espírito”. A pressão social da classe dominante imprimia a construção de idéias racistas, que eram transmitidas de pai e filho, gerando um estigma nas atitudes psicológicas das próprias vítimas.

A construção da alteridade passou pela descrição dos nativos por parte do colonizador como estranhos, diversos em sua natureza. A ciência em muito contribuiu para a propagação do racismo. Tal racismo pode ser entendido como a “biologização” do diferente ou das diferenças a fim de naturalizar uma inferioridade atribuída a um grupo humano e assim estabelecer uma classificação hierarquizante. H. Magnus propunha, em 1877, uma hierarquia natural na organização dos matizes de cor. O darwinismo funcionou como fundamentação teórica para o imperialismo europeu, pois a noção de “seleção natural” serviu de justificativa para o domínio ocidental, “mais forte e adaptado”: “a evolução européia representaria para pensadores como Gobineau um caso extremo em que o apuro racial teria levado a um caminho certo rumo à civilização” (SCHWARCZ 1993: 61). Portanto, o primitivismo era associado às raças consideradas inferiores, bárbaras, menos evoluídas, imperfeitas, incivilizadas, degeneradas, ociosas, irracionais, rudes, cruéis, excessivamente sensuais e portadoras de defeitos supostamente hereditários. Já a civilização e o desenvolvimento eram privilégios europeus, pois estes eram tidos como racionais, democráticos, evoluídos. A hegemonia (dominação consentida) do discurso ocidental encontra-se aí.

Portanto, o racismo é produto da hegemonia européia, nascido com o fim de justificar o regime de escravidão nas colônias, que seriam habitadas por gente inferior por natureza, concebida unicamente para, com seu trabalho, servir ao homem branco europeu.

Isso era *provado* por teorias como a da seleção natural, de Darwin, que resultaram em danos e estereótipos. No entanto, conforme explica Hall:

a categoria “raça” não é científica... é uma construção política e social. Contudo, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza... A “negritude” tem funcionado como signo da maior proximidade dos afro-descendentes com a natureza e, *conseqüentemente*, da probabilidade de que sejam preguiçosos e indolentes, de que lhes falem capacidades intelectuais de ordem mais elevada, sejam impulsionados pela emoção e o sentimento em vez da razão, hipersexualizados, tenham baixo autocontrole, tendam à violência etc. (2003: 69)

Conforme Foucault, as afirmações da ciência resultam, na verdade, de uma construção da linguagem (SCHWARCZ 1993: 45). Deslocando o centro do saber do empirismo para a linguagem, Foucault argumenta que as verdades pretensamente “científicas” são, na verdade, fruto do poder do discurso que as produz.

Como vimos, as ciências acabaram por avalizar a outremização, ou seja, o processo de classificar o outro na inferioridade com o objetivo de desempenhar, diante dele, o papel de sujeito, reduzindo este outro ao papel de objeto da agência. Da biologia, principalmente, surgiam os paradigmas que ditavam a classificação das diversidades com base nas leis da natureza. Le Bon diz que os homens estariam divididos em espécies essencialmente diversas, julgadas conforme “critérios anatômicos, como a cor da pele, a forma e capacidade do crânio” (SCHWARCZ 1993: 56). Este é um exemplo de manipulação com respaldo “científico”. No entanto sua função era fazer com que o sujeito colonizado fosse marginalizado por esse testemunho racista da ciência. Visto como subserviente e ao mesmo tempo potencialmente indisciplinado, era ele constante objeto de vigilância, classificação, enumeração, e até fantasia. Portanto, ao colonizador conforme Sussekind “não cabia apenas narrar, como classificar, ordenar, organizar tudo o que se encontra pelo caminho” (SCHWARCZ 1993: 47).

Notamos, então, que as relações de poder são desiguais, pois o poder/saber elaborado pelo colonizador (o Outro - o sujeito hegemônico europeu) não pressupõe uma relação dialética eu/outro, mas sim um outro (sujeito marginalizado, não-branco e não-europeu, ao qual o acesso ao poder é negado) em oposição desproporcional, como sustentáculo e adversário. As estratégias de dominação ideológicas consistem, resumidamente, em lançar teorias que indiquem conhecimento (fictício) do outro – na verdade, formas de lançar estereótipos e estigmas – controlar e degradar sistematicamente o nativo. Conforme Bonnici: “por que a nudez, o ateísmo, a preguiça, a selvageria, a sensualidade e a ignorância são tópicos constantes na descrição do negro...? A imagem do nativo/escravo em tais condições foi o gatilho psicológico para a rapinagem da colônia em todos os sentidos” (2005: 231).

Deve-se lembrar, no entanto, que os efeitos da dominação não são sentidos igualmente por todos. Isso porque as mulheres, além de sofrerem os efeitos da colonização, também encontram-se num sistema patriarcal que as relega a uma condição inferior, sendo, portanto, duplamente colonizadas: pela metrópole européia e pelo homem. Conforme Bonnici, “o termo *homem* e seus derivados incluíam o homem e a mulher; o mesmo privilégio não era dado

ao termo *mulher*. A ideologia subjacente consistia, portanto, na junção das noções *metrópole* e *patriarcalismo*, que estavam empenhadas em impor a civilização européia ao resto do mundo” (2005: 229).

Dessa maneira, não se pode ignorar a presença das diferenças de gênero e relações de poder daí advindas no contexto colonial. Decorre disso a necessidade de uma análise que leve em consideração, na teoria pós-colonial, o papel da mulher como sujeito duplamente colonizado.

A mulher sofreu não apenas o domínio imperial, mas também o do homem que, aproveitando-se de características naturais, como a falta de mobilidade da mulher ao gerar filhos, impôs uma concepção do mundo a partir de uma lógica e ordem masculinas (o domínio do *falo*), partindo da linguagem (*logos*) produzindo um discurso patriarcal que confirmasse sua autenticidade. Esse discurso uniu assim o poder da palavra ao domínio masculino, gerando um construto conhecido como *falocentrismo*.

Sobre a opressão feminina, Beauvoir afirma que “ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher” (BUTLER 1987: 128), pois os atributos sexuais já nascem conosco, mas em nós é construída uma identidade com base no gênero, isto é, na significação cultural que é dada aos sexos. Somos culturalmente construídos, “programados” para exercer as funções (já anteriormente definidas pela sociedade) de *homem* e *mulher*.

No entanto, parecemos fazê-lo naturalmente, esquecendo-nos que os papéis preestabelecidos para homem e mulher são uma criação cultural, e não nasceram conosco mas foram construídos em e por nós. A mulher foi presa nesta rede profundamente fortalecida de normas e padrões culturais, tendo seu lugar na sociedade predeterminado e sendo obrigada a ocupar uma posição como ser humano de segunda categoria, sem direito a ter voz ativa e outro papel que não fosse o da maternidade e de subserviência ao homem. Reduzida a objeto, tendo seu mundo confinado aos afazeres domésticos (quando não obrigada a trabalhar fora para aumentar os rendimentos do marido), não lhe possibilitavam a liberdade de escolher seu destino, esta era reservada unicamente ao homem, que diante de si tinha várias opções.

Bonnici fala da forte analogia entre patriarcalismo/feminismo e colonizador/colonizado, argumentando que a objetificação da mulher funciona como metáfora da degradação das sociedades pelo colonialismo e ressaltando que “a mulher sempre foi relegada ao serviço do homem, ao silêncio, à dupla escravidão, à prostituição ou a objeto sexual” (2005: 231).

Simone de Beauvoir, em 1949, lança a idéia de que não existe uma essência feminina, mas uma situação em que a mulher, ao dar à luz e cuidar da criança, se vê impossibilitada de realizar certas atividades. Portanto, sua “vocação de ser humano” entra em conflito com um destino já traçado para ela, um “destino de mulher”. Já o caminho do homem não interfere nem exclui sua “vocação de ser humano”. Enquanto ao homem é permitido deixar sua marca no mundo, as mulheres são tolhidas em sua ação, e oprimidas pela crença de que seu destino é serem passivas, aceitando, de certa forma, tal situação. Para Beauvoir o sujeito humano deve ser livre, visto que todos devem ter as mesmas chances de realização.

A partir da década de 60, o feminismo reage contra a idéia da inferioridade “natural” da mulher, pressuposta por fatores puramente biológicos. Calcados nessas características biológicas são predeterminados papéis para os dois sexos na sociedade: ao homem caberia o mundo externo, a liberdade de escolher o que fazer com sua vida; à mulher, por gerar filhos, caberia o mundo interno e o cuidado desses filhos. Tal relação de poder entre os

sexos é apoiada muito mais em critérios sociais do que biológicos. As atitudes “masculinas” e “femininas” são resultados de processos culturais de socialização, que condicionam os sexos de forma desigual para cumprirem funções específicas e distintas. Sendo assim, somos levados a considerar como “natural” a diferenciação que nos foi imposta, como se ela fosse produto de nossas próprias “naturezas”. No entanto, o ser humano não tem uma essência pré-determinada. O que tem ocorrido, ao longo do tempo, é que, sobre uma base biológica de diferenças foi construída uma *cultura* de dominação, em que o masculino sobrepuja o feminino. Segundo Reis: “A cultura, com efeito, é um conjunto de sistemas simbólicos, de códigos que, de uma forma ou de outra, prescrevem ou limitam a conduta humana... a cultura implica ou requer mecanismos de cerceamento social” (1992: 66).

A obra de Clarice Lispector aborda problemas sociais, psicológicos e existenciais que marcam o ser humano: a marginalização social coexiste com os conflitos existenciais. O livro de contos *Laços de família* foi publicado em 1960 e questiona, com muita ironia, o modelo patriarcal, em que a mulher fica reduzida ao espaço privado. Em *A menor mulher do mundo*, vê-se unida à crítica patriarcal um desnudamento da dominação do mundo ocidental civilizado sobre os considerados por ele como incivilizados.

A respeito do conto, Cláudia Pazos Alonso faz referência ao caráter simbólico do nome do conquistador e de sua tentativa de *feminilizar* a mulher. De acordo com ela, o conto

parodia e subverte o encontro do centro com a periferia, primeiro através da ‘descoberta’ da menor mulher do mundo pelo explorador francês, Marcel Pretre, e segundo através de reações dos leitores do mundo ocidental à notícia. O explorador de imediato tenta ‘colonizar’ a menor mulher ao batizá-la de Pequena Flor, nome esse caricatamente feminino na sua preciosidade, mas que é imediata e inequivocamente negado pela destinatária, que comicamente ‘coçou-se onde uma pessoa não se coça’ (p. 63)... o conto destabiliza a noção de centro uno, fixo, constitui momento privilegiado de questionamento dos parâmetros vigentes. Lido como indagação acerca da arbitrariedade das normas e verdades sociais, pode retrospectivamente deitar nova luz sobre os contos que os antecedem, os quais, todos eles, de forma mais ou menos nítida, lidam com mulheres, no geral casadas, com a sua frustração num cotidiano rotineiro e sem perspectivas e com as suas potencialmente suicidárias tentativas de evasão. (*qcampus.net*, 2)

### 1. O colonizador

O conto resume-se assim: um explorador francês descobre nas profundezas da África a tribo dos menores pigmeus do mundo, e nessa tribo se depara com a menor mulher do mundo (45 cm), que está grávida. Ele a nomeia como Pequena Flor e passa a colher e divulgar dados sobre ela. A foto da minúscula africana aparece no jornal de domingo em tamanho natural, e desencadeia reações inquietantes nos leitores, que desejam possuí-la como se fosse um objeto ou um animal de estimação. Enquanto isso, na África, o explorador francês continua a pesquisa com a sua “coisa” rara, o que não o priva de, como os leitores, ter momentos difíceis perante a pequena figura negra feminina, especialmente quando esta ri.

Marcel Pretre, “caçador e homem do mundo”, o explorador francês (de origem “pura”, europeu), já se mostra como cidadão do mundo, um homem pronto a fazer de cada lugar o seu. Ele “descobriu” os menores pigmeus do mundo, como se estes não tivessem vida própria antes da chegada do colonizador. Vemos aí que o narrador dá voz ao pensamento do dominador de que os outros não possuem singularidade, mas só existem em função dele. O pensamento aqui é o de que Pequena Flor, para *existir*, teria que ser classificada pelo explorador entre as realidades reconhecíveis, ou seja, é o contato com o explorador que a tornaria uma realidade, pois então ela teria uma função: ser o contraponto para que o Outro se afirmasse com base nas diferenças entre ambos.

Sobre o explorador e a dupla colonização da mulher, nota-se que o estatuto e nome de Marcel Pretre são altamente simbólicos: “Marcel” incorpora uma referência ao Deus da guerra, enquanto Pretre nos remete para a figura de autoridade patriarcal por excelência, a do padre. A nacionalidade francesa aponta para a identidade de um povo colonizador, enquanto a palavra ‘explorador’ encerra um duplo significado.

A caracterização da África Equatorial passa pelas “folhas ricas do verde mais preguiçoso” (LISPECTOR 1998: 87), dando o tom da riqueza do lugar (afinal, o explorador ali estava com funções óbvias) e da suposta preguiça de seus moradores.

Ao avistar Pequena Flor (nome dado pelo explorador à menor mulher do mundo, revelando assim já o intento de submetê-la ao indicar-lhe o que ela deveria ser – frágil, pequena, indefesa como uma flor – ou seja, tentar enquadrá-la numa relação de gênero que a considera inferior, buscando estabelecer a ordem das coisas, isto é, do patriarcado) o explorador a vê “toda em pé e a seus pés” (LISPECTOR 1998: 70), o que denota que a mulher, mesmo em pé, estava a seus pés, em todos os sentidos – cultural, físico, intelectual, espiritual etc – o que nos leva a perceber a outremização, a inferiorização do nativo por parte do dominador, e também a falta de visibilidade (de possibilidade de resistência, de ação social) por parte do colonizado, que se agrava diante do fato de ela ser *mulher e negra*.

O coração do explorador bateu e se regozijou porque viu “a coisa humana menor que existe... esmeralda nenhuma é tão rara... ali estava uma mulher que a gulodice do mais fino sonho jamais pudera imaginar” (LISPECTOR 1998: 70). Percebemos aqui que o tom de admiração é, na verdade, uma gulodice que acaba por transformar um ser humano em valor de troca, num processo conhecido como objetificação, reificação ou coisificação: a mulher é comparada a uma esmeralda, logo após é citada a gulodice daquele que está à procura de algo novo, que represente um alto valor no mercado, mesmo que seja ele o mercado das descobertas “científicas”, ou a possibilidade de escrever o nome na história.

A mulher é descrita como “madura, negra, calada”. Madura para ser colhida, devorada, isto é, submetida, colonizada. A ausência de fala aqui é bastante significativa, já que as mulheres nestas condições sociais não tinham possibilidade de ter voz ativa. Quanto a isso, Spivak “duvida da possibilidade de fala na *mulher subalterna* (duplamente submissa) e, extensivamente, em todo e qualquer nativo colonizado” (BONNICI 2005: 54).

Outra descrição do colonizador é de Pequena Flor “escura como um macaco”, mais adiante ele relata que sua tribo chama as coisas por “sons animais”, e a figura da mulher quando publicada no jornal de domingo apresenta “o nariz chato, a cara preta, os olhos fundos, os pés espalmados. Parecia um cachorro” (LISPECTOR 1998: 68-70). Este poder *auto-concedido* de construir uma imagem sobre o outro e colocá-la em evidência, em exposição, é chamado de *worlding*, e “é o processo pelo qual o espaço colonial vem à luz no mundo metropolitano. Esse espaço começa a existir como uma parte do mundo construída pelo eurocentrismo... é a *inscrição do discurso imperial* sobre o espaço colonizado” (Bonnici, 2005:

61). Os *likoualas*, sua tribo, é descrita caçada em redes “como fazem com os macacos”. Tais trechos mostram a profunda desumanização de Pequena Flor e seu povo, a *zomorfização*, processo de representação do ser humano como animal, rebaixando-o, aviltando-o.

Como se não bastasse estar no lugar do nativo, nascido numa região considerada incivilizada, não ter visibilidade social (daí o fato significativo de se tratar da *menor* criatura humana já vista), ser negra e mulher, Pequena Flor estava grávida, numa situação de fragilidade ainda maior, carregando ainda mais o estereótipo que a circunda em face do pensamento da hipersexualidade do nativo, que seria condicionada pelo meio, pela própria terra: “tépidos humores silvestres, que arredondam cedo as frutas” (LISPECTOR 1998: 68). Esta idéia da sexualidade latente também se encontra no fato de que a mulher vivia com um pequeno concubino. A palavra *concubino* descarta a possibilidade de uma relação legal e sacralizada, que seria o casamento ocidental, considerado como a única relação válida entre homem e mulher. É mais um meio de valorizar a cultura do colonizador em detrimento da do colonizado.

O fato de que os *likoualas* só têm um tambor como avanço espiritual também é mais uma forma de comparação implícita, da religião do ocidente com uma religião munida apenas de um tambor.

A língua do colonizado também é descrita como sendo bastante restrita. Tal fato, descrito pelo dominador, tem a intenção de reduzir o outro, mais uma vez, à inferioridade. Sem ter consolidada uma língua própria, um povo não tem como armazenar uma série de conhecimentos que vão resultar numa cultura, num acúmulo do saber. Isso leva à conclusão de que aquele povo, “racinha de gente”, não tem riqueza intelectual, não tem literatura, não tem manifestações artísticas. Ora, tais atributos fazem parte da comunidade humana, e são próprios das sociedades. Portanto, a conclusão a que somos persuadidos, por parte do colonizador, a chegar, é a de que, na verdade, os *likoualas* não passam de um ajuntamento de gente, não são uma sociedade. Ressaltamos o fato de que, num jogo de dominação construído e reforçado *na* linguagem, a ausência de meios lingüísticos para exercer a fala e a argumentação junto ao dominador demonstra a impossibilidade de resistência por parte do colonizado no terreno da linguagem. Se, como vimos na teoria do discurso de Foucault, a linguagem é um meio através do qual somos engendrados no poder e dele passamos a fazer parte mesmo inconscientemente, solapar as bases da dominação exige um processo que se aproprie das mesmas ferramentas (no caso, a linguagem) e desconstrua o discurso dominante através da veiculação de uma nova ideologia. Porém, no caso de Pequena Flor, essa possibilidade é negada ao sujeito colonial, pois ele não tem acesso à língua.

Ao encarar a pequena mulher, o explorador a trata “com uma delicadeza de sentimentos de que sua mulher jamais o julgaria capaz”, e quando ela se coça “onde uma pessoa não se coça” (notemos mais uma vez a presença das normas sociais, especialmente para mulheres, neste caso), ele desvia os olhos, pois é como se estivesse recebendo “o mais alto prêmio da castidade a que um homem, sempre tão idealista, ousa aspirar” (Lispector, 1998: 70). Com referências implícitas à virgindade feminina desejada pelos homens, há uma crítica às convenções e uma indicação de que a prática cotidiana do explorador, com relação à sua mulher, é bastante diferente daquela demonstrada (no primeiro momento) junto à “coisa rara”, desnudando a atitude real que está por trás do comportamento do dominador: na verdade ele está sendo delicado porque quer satisfazer a sua gulodice: ele quer devorar (dominar) o que vê.

Voltemo-nos agora para as reações das pessoas à foto de Pequena Flor no jornal (não nos esqueçamos de que o jornal é um elemento midiático que também é responsável por representações da realidade, tanto pela linguagem como pela imagem, encaixando-se, portanto, nas tecnologias que mantêm o aparato do poder, conforme Foucault argumenta na sua teoria do discurso): uma mulher não quis olhar uma segunda vez porque lhe dá aflição. A aflição, como sentimento que advém do enfrentamento com o outro, o diferente, impossibilitou um olhar desprovido de estereótipos, e relegou Pequena à obscuridade da indiferença, da reclusão, símbolo de uma época em que a mulher era simplesmente ignorada, sentenciada à nulidade. Tal situação ocorreu na realidade, o próprio cânone literário atesta isso, com a ausência da presença feminina durante muito tempo, isso sem mencionar a proibição do voto feminino e outras situações de ocultamento da mulher. Portanto, nesta primeira reação presente no conto verificamos o estranhamento em face do outro.

A imagem de Pequena Flor é agora vista por uma senhora que teve uma “perversa ternura pela pequenez da mulher africana” (LISPECTOR 1998: 70). Note-se que a senhora teve uma “ternura”, um sentimento de acolhimento, de proteção, mas que acaba por revelar-se perverso. Tanto que jamais se deveria deixar a pequena mulher sozinha com a senhora, pois ela é o símbolo de um paternalismo que sufoca, uma “escuridão de amor a que pode chegar o carinho” (LISPECTOR 1998: 70), uma representante do patriarcalismo que se reveste de uma aparência de “proteção” à mulher mas que, no entanto, a sufoca e priva de escolher seu próprio destino, relegando-a a uma posição de ser protegido, portanto, inferior. Esse processo se sustenta porque, assim “protegida”, a mulher pode não notar que está sendo cerceada, ela é condicionada a repetir os padrões dominantes e ter seus limites definidos socialmente, isto é, sua liberdade se torna o preço que ela paga por esta falsa segurança. A senhora representa, portanto, o velho modo constituído de ser e de viver – a hegemonia masculina, embora haja saudade de um tempo passado, talvez anterior à civilização, em que não havia divisões com base no gênero. Esta saudade evoca uma “bondade perigosa”, um início de primavera se espalhava pelo ar.

Uma menina de cinco anos de idade, ao se deparar com a imagem no jornal e ouvir os comentários, ficou espantada. Como o menor dos seres humanos daquela casa, a menina era alvo das melhores carícias, mas também experimentava, agora, o medo do “amor tirano”. Como foi dito, a dominação nem sempre ocorre por força física. Ela pode acontecer, num primeiro momento, desta forma, porém, para se concretizar e permanecer, ela conta com a força do discurso construído e reforçado constantemente por aqueles que dele se valem. O discurso patriarcal se perpetuou sobre um aparato de instrumentos ideológicos, como, por exemplo, a propagação da ciência de então (no caso, a frenologia) de que o cérebro da mulher, por ser menor, a tornaria pertencente a um nível inferior ao do homem. Esta forma de outremizar a mulher, de inferiorizá-la com base em pressupostos considerados como advindos da natureza (ou seja, como se não fossem manipulados cultural e ideologicamente), acabou por produzir uma certa conformação da própria mulher com a sua situação, o que não impediu, no entanto de que elas notassem que se encontravam numa posição socialmente desconfortável. E neste momento do conto verificamos o espanto causado pela descoberta que o outro faz ao perceber a opressão em que vive. Como o menor dos seres humanos (aquele que não é notado, a quem não se dá crédito), a criança prontamente se identifica com o sujeito marginalizado, e nota que “a desgraça não tem limites” (LISPECTOR 1998: 71). Esta criança simboliza um movimento nascente de contestação por parte das mulheres ao

se depararem com sua condição de subalternas: o feminismo que, como a criança do conto, choca-se com a situação da mulher e, aos poucos, vai amadurecendo, anos e anos depois, concretizando em *pensamento* (em teoria, em ação) uma nova maneira de enxergar o mundo e a presença da mulher nele.

Em plena primavera, quem se depara agora com a imagem da mulher negra no jornal é uma moça noiva, com um “êxtase de piedade”. As expressões “coitadinha”, “tristinha”, demonstram o olhar ocidental sobre outras formas de ser e de viver. Embora a moça tenha intuído a situação de agressão em sua individualidade sofrida por Pequena Flor ao ser exposta como uma espécie em extinção, uma raridade, ela não consegue chegar ao cerne do contexto social, pois não percebe que é tão vítima quanto a mulher negra, isto porque o discurso que subjaz ao pensamento da moça é o de superioridade da civilização ocidental, culta, letrada, mas que apenas mascara seus esquemas de dominação com uma certa sofisticação ideológica. Ao rompante de piedade da moça, sua mãe responde que a tristeza da mulher da foto é “tristeza de bicho, não é tristeza humana” – mais uma vez a presença do zoomorfização inferiorizando aquela figura, atendendo ao desejo da mãe de apagar aquela bondade perigosa no coração da filha. Esta mãe, frustrada, está num estágio em que já não tem mais ilusões quanto à uma humanização da sociedade, quer apenas cumprir seu papel delimitado como mulher, e se posiciona de tal modo a levar a filha a fazer o mesmo.

Em outra casa um menino esperto teve uma idéia esperta: “– Mamãe, se eu botasse essa mulherzinha africana na cama de Paulinho enquanto ele está dormindo? Quando ele acordasse, que susto, hein!... E a gente então brincava tanto com ela! A gente fazia dela o brinquedo da gente, hein!” (LISPECTOR 1998: 71).

É evidente aqui a presença da objetificação da pequena mulher por meio do menino, para quem a foto no jornal não passa de uma boneca, pois o meio social em que ele está sendo criado lhe informa que é totalmente possível (e até justificável, afinal, a mulherzinha serviria aos desejos de quem é *naturalmente* superior, entronizado por direito a ter domínio sobre a mulher) escravizar outro ser como esse fosse o funcionamento *natural* da sociedade. É notável também a alusão da mulher usada *na cama* como brinquedo, como objeto sexual.

Este comentário suscita na mãe do menino a lembrança de uma história que ouvira a respeito de um orfanato em que, ao morrer uma das meninas, e estando “a maternidade já pulsando terrível no coração das órfãs, as meninas sabidas haviam escondido da freira a morte de uma das garotas” (LISPECTOR 1998: 71). Passaram então a dar banhos, comidinhas e brincar com o cadáver da menina. Foi então que, como uma luz que ilumina as ligações entre partes desconexas, a mãe percebeu e considerou:

a cruel necessidade de amar. Considerou a malignidade de nosso desejo de ser feliz. E considerou a ferocidade com que queremos brincar. E o número de vezes em que mataremos por amor. Então olhou para o filho esperto como se olhasse para um perigoso estranho. E teve horror da própria alma que, mais que seu corpo, havia engendrado aquele ser apto à vida e à felicidade. (LISPECTOR 1998: 71-72).

Nitidamente, a mãe se depara, petrificada, com o ímpeto que leva o ser humano a querer possuir um outro ser humano. Para as meninas do orfanato não importava o fato de que a garota com a qual estavam brincando já estava morta e não poderia corresponder

aos afetos e brincadeiras: o importante era *ter* um outro ser. Mais do que isso: era mesmo muito conveniente que o *outro* estivesse numa posição de total subordinação, assim não haveria discórdias e nenhum pensamento divergente, pois todos eles estavam sufocados na incapacidade do outro em responder, em ser diferente, em contestar. Por isso os termos (os adjetivos) usados para caracterizar tais atitudes (tanto das meninas quanto do garoto): “esperto”, “sabidas”: tais adjetivos representam a esperteza no seu estado mais vil, de prejuízo para o outro, da arte de burlar, enganar, tomar vantagem, apoderar-se do que não lhe é devido é o que se nota quando um discurso é difundido por um grupo de maneira tal a colocar outro grupo na inferioridade para conseguir os privilégios que intenta. Este é o ápice da “cruel necessidade de amar”: ter um outro totalmente submisso, como um objeto manipulável. Este foi o intento das sociedades colonizadoras e continua sendo, se considerarmos o imperialismo ideológico e econômico das grandes potências, que apresentam agora uma nova forma de dominação, mais especificamente no campo da cultura e das idéias.

A malignidade descoberta pela mãe não estava no desejo de ser feliz, mas na *malignidade* dele: em buscar ser feliz às expensas do outro, em que a nossa felicidade dependa de oprimir a alguém. É aí então que se corre o risco de matar por amor, o que é, portanto, reduzir o outro à escravidão, transformá-lo em objeto, em ser desprovido de vontades, de sonhos, de desejo de ser feliz, de humanidade... enfim, desprovido de vida. Quando se depara com esta ferocidade, a mãe nota no filho um perigoso estranho, disposto a dominar e perpetuar o patriarcalismo. Mais que isso, ela percebe então que esteve a alimentar o ser que depois a devoraria, pois, mais que com seu corpo, ela o concebeu com sua alma: imprimiu nele os mesmos valores dominantes que voltar-se-iam contra si mesma. O dente do menino caindo para nascer um outro mais eficiente é um indício desta capacidade de devorar, de possuir.

No impulso de interromper esta reflexão tão inesperada, a mulher dá lugar a uma “superficialidade tranqüilizadora”, esmerando-se em arrumar e cuidar do filho. Essas trivialidades a afastavam “de alguma coisa que deveria ser escura como um macaco” (LISPECTOR 1998: 72). Tentando reencontrar o caminho da adequação, a mulher sorri,

colocando, entre aquele seu rosto de linhas abstratas [delineadas pela sociedade, que lhe dá uma identidade, ainda que seja como subalterna] e a cara crua [que, incivilizada, não obedece a regras impostas, mas é primitiva, crua porque não foi “cozida” no caldo da civilização] de Pequena Flor, a distância insuperável de milênios. Mas, com anos de prática, sabia que este seria um domingo em que teria de disfarçar de si mesma a ansiedade, o sonho, e milênios perdidos. (LISPECTOR 1998: 72)

Nota-se aqui o esforço da mulher por se adequar, por aceitar a posição que lhe impuseram na sociedade. Isso porque poucas eram as suas possibilidades de luta, poucas as suas armas contra o discurso dominante já cristalizado. Como recuperar milênios de dominação, nos quais foram negados à mulher a instrução, o direito à cidadania, à voz ativa na sociedade, ao direito de escolha do próprio destino e da própria sorte?

Por outro lado, milênios separam Pequena Flor dessa mulher. Isso porque milênios foram necessários até que a cultura, tal como ela se mostra hoje, fosse moldada de modo a favorecer o “mais forte”. Conforme a evolução das espécies de Darwin, ele é que vai sobreviver à seleção natural. No entanto, como se vê, a seleção não é tão natural quanto a

fizeram parecer. Ela passa pela outremização, pelo estereótipo, pela necessidade de dominar, de possuir, de destruir o sonho e a esperança que fazem o ser humano diferente dos animais.

Em outra casa, o alvoroço foi grande. Todos queriam “ter para si aquela coisa miúda e indomável, aquela coisa salva de ser comida, aquela fonte permanente de caridade... quem já não desejou possuir um ser humano só para si?” (Lispector, 1998, p. 72 e 73). A mãe gostaria que Pequena Flor servisse à mesa na casa da família “e de barriguinha grande!” Em nenhum momento a figura é tratada como um ser humano, com desejos, vontades, experiências, enfim, com características humanas. É vista apenas como uma raridade, um exótico objeto de desejo, que desperta curiosidade mas, ao mesmo tempo, vontade de submetê-lo. Mais uma vez se faz presente a temática do conto, que gira em torno de dois opostos: ser ou não devorado (dominado). E Pequena Flor seria, aqui, o ser humano *em estado bruto*, quase isento das influências da civilização.

### 3. O colonizado: resistência pelo riso

Começamos pela sociedade do colonizado. Podemos perceber que, *entre o povo* de Pequena Flor, não há um esquema de dominação com base no discurso, isto é, os indivíduos podem viver em maior igualdade entre si, já que não têm um meio de organização da realidade por meio da linguagem. Exemplo disso é que a liberdade é dada à criança quase que imediatamente ao nascimento. Nas palavras da autora, “é verdade que a criança não usufruirá muito tempo dessa liberdade entre feras. Mas é verdade que, pelo menos, não se lamentará que, para tão curta vida, longo tenha sido o trabalho” (Lispector, 1998: 69). É neste ponto que o leitor começa a perceber que é preciso entender a que tipo de vida e trabalho a autora se refere. Surge então a possibilidade de que se trate de uma metáfora, o que se comprovará ao longo do texto pelas pistas que nos são dadas. O fato é que a liberdade oferecida às crianças *likoualas* lhes dá a liberdade de seguirem suas vidas sem regras sociais, sem imposições culturais, mesmo que para isso elas tenham que assumir os riscos necessários. Pois o tempo de uma vida é curto para um trabalho tão longo como o de estar continuamente adequando-se às regras da civilização.

Por mais que o discurso ocidental afirme que não há uma organização social naquela tribo (ainda que não nos moldes ocidentais), bem como papéis desempenhados por homens e mulheres. Estas cozinham, enquanto os homens caçam. Caçar envolve uma liberdade de horizontes bem maior do que a atividade que cabe às mulheres, o que demonstra que, mesmo em meio a uma comunidade com regras divergentes das ocidentais podemos presenciar uma divisão básica e milenar entre os seres humanos: a que se baseia no gênero, e dita que aos homens cabe o mundo exterior: o conhecimento, a aventura da descoberta, a realização pessoal, a possibilidade de ir em busca do que quer que se deseje, enquanto que às mulheres cabem os trabalhos do lar e a manutenção de uma infra-estrutura que dê conta de possibilitar a liberdade aos homens que com elas estão. As relações de gênero emergem do conto em profusão, como um item a ser encarado também no esquema de dominação.

Na África, em meio a uma natureza “que errou uma vez e na qual já não se pode mais confiar” (LISPECTOR 1998: 73), o explorador é quem se depara com uma situação intrigante, que lhe substitui o sentimento de curiosidade, exaltação, vitória ou espírito científico por um certo mal-estar, que se dá no confronto com o *riso* da pequena mulher. Pequena Flor

estava gozando a vida, e isso perturbou o explorador. Seja porque o riso lembra a ironia, o sarcasmo, e torna o Outro ridículo (haja visto o grande número de obras literárias pós-coloniais que se valeram da paródia, do riso e da ironia para subverter o domínio colonial em seu discurso ideológico), seja porque o colonizador quer que o nativo esteja numa situação desconfortável, para que ele possa então oferecer uma “proteção”, um método ocidental de organizar o mundo, uma saída que os inclua como necessários ao cotidiano do colonizado. Mas diante do enigmático riso de Pequena Flor, o explorador não entende o que se passa. É um riso que é arma de quem não fala (não tem o poder da palavra), mas reverte isso em seu próprio benefício, pois esconde em si suas mais secretas intenções. Esse riso o explorador, constrangido, não conseguiu classificar. É que ela gozava da “sensação de ainda não ter sido comida. Não ter sido comida era algo que, em outras horas, lhe dava o ágil impulso de pular de galho em galho” (Lispector, 1998: 74), ou seja, não ter sido englobada numa civilização que não lhe proporcionaria meios de se defender de ser possuída. Mais uma vez reafirmamos a dicotomia do conto: ser ou não ser devorado. E a mulher negra, por mais que estivesse sendo outremizada pela civilização ocidental gozava, em seu território, da liberdade de ser o que quisesse, sem obedecer a regras impostas, de pular de galho em galho conforme seu bel-prazer. Alonso também vê o riso como uma forma de resistência:

Pequena Flor incomoda e abala todas as certezas. Assim, quando voltamos ao encontro entre explorador e Pequena Flor (sendo que o próprio vaivém narrativo oscila entre o centro e a periferia), verificamos que esta resiste a todas as definições e apropriações: autônoma, grávida, irrompendo em riso e desejo sexual. A presença contraditória desta criatura mínima provoca tal desconforto que leva a táticas de evasão ou negação. (*qcampus.net*, 2)

O núcleo do conto (mais uma vez referente à nossa hipótese de que ele veicula as oposições *ser ou não* dominado) pode se achar no riso da pequena mulher, que “não estava sendo devorada. Não ser devorado é o objetivo secreto de toda uma vida. Enquanto ela não estava sendo comida, seu riso bestial era tão delicado como é delicada a alegria. O explorador estava atrapalhado” (LISPECTOR 1998: 74). Chegamos, portanto, ao cerne da temática: por um lado, uma sociedade ávida por possuir, por tornar Pequena Flor um objeto de consumo, um bibelô na sala de jantar. Por outro, um ser que possui sua liberdade, que se nega a ser devorado, pois representa esses seres raros que resistem à dominação. Sua arma? Nenhuma das apresentadas pelo conquistador: nem a ciência, ou a língua, o poder econômico ou a civilidade: sua arma é o seu território, o local (ainda que agora acuado) onde é possível viver de acordo com as próprias normas, onde é possível não ser tragado.

Para o colonizador, o riso da mulher era a possibilidade de uma ameaça. De seu ponto de vista, ele significava que no íntimo dela “grande escuridão pusera-se em movimento” (LISPECTOR 1998: 74). Não só a dicotomia central do conto se oferece em oposições binárias. Este é um ponto que demonstra isso: em contraste com toda a ciência da qual viera munido o pesquisador, ou seja, o conhecimento, simbolizado pela *luz*, encontra-se a *escuridão* por parte de Pequena Flor. Tal situação é uma amostra da outremização, da estereotipação, do contraste entre centro e periferia. Porém, por outro lado, toda a sabedoria do colonizador não foi suficiente para explicar o riso da africana; o que nos leva a ter esperança de que haja, ainda, um lugar onde se possa estar a salvo da dominação, onde os segredos de um ser

humano possam ser mantidos, onde a essência possa ser cultivada.

Já o olhar de Pequena Flor sobre o explorador não acontece com base em estereótipos ou outremização: a princípio é dito que ela o amava, mas do mesmo modo como amava o anel dele, ou sua bota. No entanto, o fato de seu amor pelo explorador se comparar ao amor por objetos não o diminui: aqui se nota que o modo de Pequena Flor encarar o outro não o inferioriza, não o rebaixa à condição de animal, não o avilta, não procura subjugar-lo; no entanto, o outro também não é visto como essencial à manutenção ou à sobrevivência desta mulher, mas como parte integrante da vida. Seu modo de amar é diferente, pois “na umidade da floresta não há desses refinamentos cruéis, e amor é não ser comido, amor é achar bonita uma bota, amor é gostar da cor rara de um homem que não é negro, amor é rir de amor a um anel que brilha” (LISPECTOR 1998: 75).

Aturdido, o conquistador não entende a mulher e se perturba. Disfarça, ajeitando o chapéu, seu capacete simbólico (tentando, talvez, organizar as idéias) e retorna à ordem e à disciplina do trabalho, fazendo anotações. Aliás, ele já havia aprendido algumas palavras da língua da tribo, as quais usava para fazer perguntas. Falar a língua é uma das formas de se apossar da cultura de um povo.

Ao ser perguntada se era bom ter uma árvore para morar, a mulher responde que é bom possuir. Como algo que está no instinto do ser humano, Pequena Flor não nega seu desejo de possuir, com naturalidade o admite. Já o explorador se esconde atrás de um pretense científico, de desculpas que funcionam na medida em que encobrem sua verdadeira intenção: nada mais do que *possuir*. Ao admitir que é bom possuir, a pequena mulher acaba revelando as reais intenções de seu interlocutor; ao invés de ser descoberta, ela o põe a descoberto, e por isso ele acabou tendo vários momentos difíceis consigo mesmo. Mas ainda tentou conhecer o máximo possível, contrariamente a uma velha que, ao ler o jornal, exclama somente: Deus sabe o que faz; encerrando a discussão, voltando às costas para a reflexão, fechando os olhos para a diversidade e as questões que a envolvem.

#### 4. Conclusão

Notamos, ao longo da análise, algumas categorias opostas no conto. Elas são sistematizadas de tal modo que passam a evidenciar a oposição *colonizador/nativo, centro/periferia*:

CENTRO	X	PERIFERIA
Cultura	X	instintos
Luz (conhecimento do explorador)	X	Escuridão (falta de saber sistematizado)
branco	X	negra
homem	X	mulher
sagrado (religião dominante)	X	profana (tambor como espiritualidade)
comestível (fruta madura)	X	limão azedo (impróprio para ser devorado)

Verificamos que o conto, ao veicular de forma tão evidente o desejo de apropriação e de posse, acaba por desmascarar os subterfúgios de que o ocidente se vale para causar o estranhamento em relação àquele que é diferente, no intuito de tirar proveito disso para submeter os sujeitos que não fazem parte de sua sociedade e de seus costumes, cultura, religião, etc.

Assim a civilização ocidental organizou o mundo: em oposições que se excluem e se constroem em contraste com o outro. No conto em questão essas categorias estão em evidência, demonstrando o sistema opressor em que se baseia. Tal sistema se apóia no desejo de possuir, na necessidade de dominar que invade o ser humano e o leva a buscar as mais diversas desculpas e os mais diferentes modos de possuir. Para este fim foi elaborado todo um discurso que afirma a superioridade do homem branco europeu sobre o sujeito do conto: uma mulher negra (grávida) africana, ou seja, um outro totalmente “pequeno”, teoricamente bastante vulnerável, reunindo em si todas as marcas da fragilidade diante do dominador. No entanto, como vimos, há um lugar de resistência do qual o colonizador não tem o mínimo controle.

É bastante sintomática a presença das diferenças entre os dois, pois a alteridade é construída, por parte do colonizador, com base na *diferença*, na construção de um sistema de verdades (através do poder da linguagem) que releguem o outro à inferioridade. Tal sistema lança mão de estereótipos como o racismo, a objetificação, a zoomorfização que desumaniza o outro, as pretensas verdades científicas que criam preceitos errôneos sobre o outro, como o da sexualidade exacerbada dos povos dos trópicos... enfim, o homem vem criando modos de possuir e de se impor. Tais formas precisam ser estudadas com maior profundidade no seu reflexo com a literatura, pois tanto o patriarcalismo quanto o colonialismo ainda são realidades presentes, e se o discurso que veiculam é um aparato ideológico construído socialmente, é também neste terreno (o das idéias) que ele poderá ser subvertido.

## OBRAS CITADAS

- ALONSO, C. P. *Clarice Lispector e os laços de família*. Disponível em <<http://www.qcampus.net>>. Acesso em 12/05/2006.
- BONNICI, T. 1998. Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais. *Mimesis* (Bauru) 19. 1: 07-23.
- BONNICI, T. 2005. *Conceitos-chave da teoria pós-colonial*. Maringá: Eduem.
- BONNICI, T. & ZOLIN, L. O. 2005 *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 2.ed. Maringá: Eduem.
- BUTLER, J. 1987. “Variações sobre Sexo e Gênero: Beauvoir, Witting e Foucault. BENVHABIB, Seyla & CORNELL, Drucilla; orgs. *Feminismo como crítica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- HALL, S. 2003. *Da diáspora: identidade e mediação culturais*. Belo Horizonte: UFMG.
- REIS, R. 1992. Cânon. JOBIM, J. L. *Palavras de crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago.
- SCHWARCZ, L. M. 1993. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras.

ABSTRACT: The results of domination, in the relations of genre or between colonizer/colonial are transparent in the tale *The lesser woman of the world*. We are searching to disclose the coercive processes which consolidate the domination of genre and of race, dis-construct the notion of true embedded in the social dominant discourse and localize the relations of tangled power. Through of the opening of a breach in the social dominant discourse — abeted in a conjunct of specific presuppositions of the occidental culture and of their

tradition — searching to promote a space in the which the subordinate woman and the colonial subject can speak.

KEYWORDS: patriarchalism, post-colonialism, genre, othering.